

66 "Hiperinflação estabilizada" 11

A inflação deu um grande salto em abril. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), da USP, variou 28,74% no mês passado, 3,58 pontos percentuais mais do que a variação observada em março. Na interpretação dos especialistas em preços da Fipe-USP, apesar de sua dimensão, o salto de abril não indica uma nova tendência de crescimento acelerado da inflação. Em maio, o índice calculado pela instituição deve manter uma variação de cerca de 29%, ficando, portanto, no nível atingido em abril.

O que se observa, no entanto, é que, depois de permanecer cerca de um ano e meio entre 20% e 25% ao mês, aquilo que chamamos de "hiperinflação estabilizada" — que é a persistência de variações mensais de preços extremamente altas, sem contudo haver sinais claros de descontrole da economia — está agora se acomodando nos 28% ou 29%, nível escandalosamente alto e insuportável em qualquer economia organizada, mas que no Brasil não assusta mais ninguém. O Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas subiu 28,83% em abril, enquanto o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE variou 27,81% e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), da mesma instituição, subiu 28,75%.

As ações mais visíveis do governo contra a elevação dos índices de inflação no momento, que são as conversas com empresários de vários segmentos da indústria e do comércio e sua tentativa de fazer as taxas de juros caírem na base do "grito", podem até produzir algum recuo num ou noutro mês. Mas, com medidas como essas, ninguém poderá lucidamente acreditar que no final do ano a inflação esteja, como quer o gover-

no, em torno de 17% — o que, ressalte-se, continuaria a ser um nível escandalosamente alto.

Do plano de combate à inflação e de estímulo à atividade econômica anunciado posposamente pelo governo Itamar Franco só se conhecem as metas. Mais de duas semanas após seu anúncio, ainda não se sabe com que instrumentos o governo conta para atingi-las.

A principal dessas metas é a produção de um superávit primário (que exclui das contas do governo os efeitos das correções monetária e cambial, além das despesas para a rolagem de sua dívida) equivalente a 3,9%, o suficiente para pagar os juros das dívidas interna e externa com recursos do Tesouro. Mas o resultado de caixa do Tesouro em abril lança sérias dúvidas sobre a viabilidade dessa meta.

Apesar de a receita tributária da União ter crescido 6,9% em termos reais, isto é, descontada a inflação, os aumentos de gastos foram ainda maiores. Em abril, o Tesouro apresentou um déficit de caixa de cerca de Cr\$ 2 trilhões, no seu segundo resultado negativo deste ano e o terceiro desde março de 1990, quando se iniciou o governo Collor. Não se trata de má gestão, mas simplesmente da impossibilidade de o governo continuar a comprimir ou adiar despesas indispensáveis à manutenção da máquina administrativa.

É essa impossibilidade de se reduzir de maneira permanente os gastos, por causa de dispositivos constitucionais, que torna extremamente difícil o combate ao déficit público, que é a causa estrutural da inflação. Têm toda a razão, por isso, cientistas políticos e economistas, como Hélio Jaguaribe e Mailson da Nóbrega, ao dizerem que a inflação está embutida na Constituição. Enquanto ela não for retocada, nenhum plano ou programa poderá reduzir substancialmente essa "hiperinflação estabilizada".